

# Testemunho e memória: a fragilidade da potência documental

Sonia Guggisberg\*

**Resumo:** Este artigo se refere à potência da memória documental a partir do testemunho. A possibilidade de testemunhar é a única forma de fazer viver acontecimentos que não puderam ser vistos. A testemunha narra a partir de recortes da realidade; porém, o relato traz em si a potência da reflexão sobre o que foi calado. Testemunhar implica ativar lembranças e entender a fragilidade do poder de fixação dessas em relação à passagem do tempo. Carregadas da falsa impressão de veracidade das lembranças, as narrações se apresentam em permanente estado de alteração, pois o tempo coloca a memória em movimento, modificando-a a cada novo relato.

**Palavras-chave:** Testemunho. Memória. Tempo. Documentário.

## *Testimony and memory: the frailty of documentary's power*

**Abstract:** This article discusses the power of the documental memory based on testimonies. The possibility of witnessing is the only way to make events that could not be seen alive. The witness narrates from fragments of reality, but the story carries the power of reflection on what has been silent. Witnessing implies activating memories and understanding the fragility of those holding power in relation to the passage of time. Charged with wrong assumptions of the truth of the memories, the stories are presented in a permanent state of change, for time puts the memory in motion, modifying it for each new account.

**Keywords:** Testimony. Memory. Time. Documentary.

## *Testimonio y memoria: la fragilidad de la potencia documental*

**Resumen:** Este artículo se refiere a la potencia de la memoria documental a partir del testimonio. La posibilidad de testimoniar es el único modo de hacer vivos eventos que no pudieran hacerse visibles. El testigo narra partiendo de recortes de realidad; sin embargo, estos relatos conllevan en si mismos la potencia de la reflexión de aquello que fue silenciado. Testimoniar implica activar recuerdos y comprender la fragilidad de la fijación de estos recuerdos en relación con el pasaje del tiempo. Cargadas con falsas impresiones de veracidad de estos recuerdos, las narraciones están en permanente estado de alteración, una vez que el tiempo hace moverse la memoria y la cambia a cada nuevo relato.

**Palabras clave:** Testimonio. Memoria. Tiempo. Documental.

## Introdução

Dar um testemunho se refere diretamente a narrar acontecimentos verídicos do passado, vividos ou presenciados por aquele que se propõe a falar. A testemunha narra, a partir de lembranças, de recortes da realidade, o que é possível dizer. O testemunho, porém, traz em si a potência da reflexão sobre o indizível, sobre as vozes aparentemente ocultadas e silenciadas. Mesmo se referindo a uma situação real, ele transita entre o que é possível dizer e o que diz de fato. Testemunhar é um processo que implica uma seleção consciente ou inconsciente daquilo que foi presenciado; é capaz de restituir fragmentos, unir restos, esclarecer, organizar e reconstituir parte das consciências social e histórica.

Cabe destacar como debatedor de questões do testemunho o filósofo italiano Giorgio Agamben. Em seu livro *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*,

---

\* Doutoranda em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). E-mail: [soniaguggisberg@terra.com.br](mailto:soniaguggisberg@terra.com.br)

Agamben coloca que o testemunho é a lacuna, é sempre o que não está presente, é o próprio resto. Para ele, o verdadeiro testemunho é o daquele que não sobreviveu aos campos de concentração para testemunhar, que chegou ao fim, de fato, sem poder falar. Os sobreviventes que testemunharam o fizeram somente pela impossibilidade de a verdadeira testemunha dar seu relato. As testemunhas são

uma minoria anômala [...], que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocaram o fundo. Quem o fez [...] não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os “muçulmanos”, os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral. Eles são a regra, nós, a exceção. (LEVI apud AGAMBEN, 2008, p. 43).

Após um trauma, a mente, repleta de lembranças que não se apagam, resiste, por meio da memória, investigando restos e maneiras de essas lembranças serem revistas, remontadas, reavaliadas dentro de sua singularidade. A dimensão da experiência é o que normalmente se perde durante o relato. Mesmo assim, o que mais se aproxima da dimensão real ainda são os testemunhos dados pelos sobreviventes.

O testemunho é uma realidade que foge, em grande parte, do controle de quem fala, pois está continuamente sujeito às interferências da temporalidade e da condição psíquica. No entanto, o ato de relatar é também uma forma de trazer de volta a experiência, de fazer viver, com a possibilidade de realocá-la; é também uma maneira de homenagear a memória dos que não sobreviveram.

O testemunho, em sua condição de narrador impossibilitado de narrar depois de um trauma, questiona o enunciado gerado e deixa no ar um espaço vazio. A pessoa que narra está sempre em estado de suspensão, pois se encontra impedida de expressar integralmente sua experiência. Para Agamben (2008, p. 147), “o testemunho é uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer, é uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar”.

Se o verdadeiro testemunho é indizível, o que é falado é somente o que é possível, e não, o essencial. Pode-se dizer que o essencial não foi falado nem arquivado, não se encontra em lugar nenhum; o que se encontra arquivado são, portanto, fragmentos, restos e lacunas, onde o essencial pode estar sempre escondido.

Segundo Agamben (2008, p. 42), “o testemunho traz uma lacuna e sobre isto os sobreviventes concordam”. “A lacuna que aprofunda a fissura é a do querer-dizer e não-poder-dizer, do gesto que deixa de comunicar e expõe a própria impotência.” (GREINER, 2010, p. 57).

O testemunho é uma forma de documentar acontecimentos, uma forma de construir a história; porém, a memória documental pode ser também um dispositivo político de poder, pois seleciona aqueles que merecem permanecer na memória pública. Aqueles que *não são dignos* de serem documentados, pelos interesses políticos, correm o risco de ser apagados definitivamente. Dessa forma, a história é construída e, ao mesmo tempo, deformada, pois preserva documentos e arquivos selecionados, fragmentados e repletos de vazios, preserva aquilo que é do interesse político, apagando os rastros dos *não eleitos*.

É preciso compreender que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi”. (BENJAMIN, 1985, p. 224).

Vale incluir aqui as palavras do filósofo político Safatle, que, em Safatle e Telles (2010), ele coloca que “se há algo que a história nos ensina é: os mortos nunca se calam. Aqueles cujos nomes o poder procurou anular sempre voltam com a força irreduzível dos espectros”. E afirma, ainda:

Por mais que todos procurem se livrar dos mortos, matando-os uma segunda vez, matando-os com esta morte simbólica que consiste em dizer que a morte deles foi em vão [...], que não merecem ser objetos de memória coletiva, os corpos retornam. (2010).

O discurso testemunhal parte sempre da relação com um passado que é revisitado, que pode ser manipulado e investido de maior ou menor ênfase em determinado detalhe, dependendo da intenção e do objetivo da fala. Sendo um relato, nunca se trata de uma situação em sua origem; porém, existe a chance de reconstituir partes do passado e, finalmente, encontrar uma direção para o presente e o futuro.

A história é construída de memórias, da confluência de vários eixos temporais, baseada em documentos e testemunhos sobre os próprios fatos. Uma vez que já entendemos o testemunho como algo repleto de lacunas, torna-se importante olhar o jogo dialético que se instaura entre história e testemunho e não aceitar um fato testemunhado como aplicação definitiva para a construção da história. Sabemos que a fidelidade das lembranças não está diretamente ligada à veracidade dos acontecimentos, e que a memória não está isenta de ser alterada por emoções, crenças, razões políticas ou ideológicas, pela visão do *outro*, ou mesmo, pela própria imaginação.

A possibilidade de testemunhar é a única forma de fazer viver, de trazer ao mundo acontecimentos que muitas vezes não puderam ser vistos, de transmitir fatos que não puderam ser relatados nem lembrados. O testemunho está diretamente ligado à necessidade psicológica que o sobrevivente tem de fazer algo em favor da memória daqueles que não sobreviveram. Imerso no trauma, ele funciona como um catalisador da história, unindo restos de sentimentos, de imagens interiores, de sons que não se apagam, propiciando, dessa forma, a ressignificação da experiência por meio da memória. É um trauma que permanece sempre inconcluso, uma situação sem possibilidade de restauro. Levi, já citado, sobrevivente de Auschwitz, diz:

Nós, tocados pela sorte, tentamos narrar com maior ou menor sabedoria não só o nosso destino, mas também aquele dos outros, dos que submergiram: mas tem sido um discurso em nome de terceiros, a narração de coisas vistas de perto, não experimentadas pessoalmente. A demolição levada a cabo, a obra consumada, ninguém narrou, assim como ninguém jamais voltou para contar a morte. Os que submergiram, ainda que tivessem papel e tinta, não teriam testemunhado, porque a sua morte começara antes da morte corporal. Semanas antes de morrer, já haviam perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. Falamos nós, em lugar deles, por delegação. (Apud AGAMBEM, 2008, p. 47-48).

Ele pontua seu pensamento, ao mesmo tempo que se alivia, concluindo que “a testemunha poderia se sentir culpada por ter sobrevivido, mas não por ter testemunhado. Eu estou em paz comigo porque testemunhei”. (Apud AGAMBEN, 2008, p. 27).

Segundo Safatle e Telles, todos nós temos consciência do que aconteceu nos campos de concentração:

Auschwitz é o nome do genocídio industrial, programado como se programa uma meta empresarial quantitativa. Ele é o nome do desejo de eliminar o inumerável de um povo com a racionalidade instrumental de um administrador de empresas. (2010).

É importante lembrar a frase trazida pela memória de alguns sobreviventes dos campos de concentração, frase que, segundo eles, não cessava de sair da boca dos carrascos: “Ninguém acreditará que fizemos o que estamos fazendo. Não haverá traços nem memória.” (SAFATLE; TELLES, 2010).

A incompletude que o testemunho tem em si deixa clara a diluição de fronteiras entre as possíveis verdades. Mesmo assim, a condição do testemunho, como resto, se torna fundamental, mesmo que seja para configurar a impossibilidade de se estabelecer um ponto de encontro entre a realidade e o que está sendo falado.

Segundo Agamben (2008, p. 162), “o resto para Auschwitz – as testemunhas – não são nem os mortos, nem os sobreviventes, nem os submersos, nem os salvos, mas o que resta entre eles”. Dar o testemunho implica a necessidade de materializar algo que é do próprio passado, porém, aquele que narra o que é gravado na memória pode apresentar contextos de uma memória organizada (ou não), o que não o impede de se tornar a expressão de um acontecimento. Agamben (2008, p. 132) coloca: “Se não houver articulação entre o ser vivo e a linguagem, se o eu estiver suspenso nessa separação, então sim, poderá ocorrer o testemunho.”

Fundamental é compreender a importância do possível testemunho de Levi, em sua difícil experiência de ter sobrevivido ao campo de concentração e, ao mesmo tempo, de ter tido que viver carregando dentro de si as terríveis lembranças dessa experiência. Podemos dizer que o seu testemunho, em toda sua impossibilidade de narrar completamente por ter sobrevivido, pode ser uma forma de se libertar de parte da culpa e do peso por estar vivo; significa aliviar-se do peso da memória em vida. Torna-se essencial a transmissão de sua experiência, pois, segundo Agamben (1998, 2012), “a acumulação anônima cresce sobre seu dorso dia após dia, sem que se possa consumi-la ou abrigá-la”.

Nessa hora, verifica-se a potência do testemunho, com toda sua impotência de dizer, adquirindo existência diante da possibilidade de falar. O modo específico pelo qual um sujeito codifica um acontecimento que de fato “penetra” em sua mente depende do contexto em que o acontecimento foi registrado e da maneira como essa lembrança se instala em sua memória. O contexto, de forma particular, não só determina o modo como nos recordamos dos fatos, mas também a emoção que eles produzem. Sendo assim, pode-se dizer que a reconstrução de acontecimentos pela via da memória coloca

questões cognitivas em jogo. Ao testemunhar, acionamos nossos sentimentos e uma seleção de imagens interiores. Mesmo que não seja de forma consciente, o testemunho pode ser entendido como o resultado desse fluxo de imagens mentais ativadas pelos sentidos (audição, visão, toque, fala e olfato) ou até por um simples movimento.

A cada acontecimento, a memória individual se atualiza, e esse material subjetivo, carregado de emoções, segue em sua forma singular construindo e estimulando sentimentos ao mesmo tempo que recupera lembranças passadas. Uma vez que “não existe memória sem emoção” (DAMÁSIO, 2010, p. 78), a condição dessas lembranças está diretamente ligada ao ambiente e ao contexto onde foram produzidas. Pode-se dizer que as emoções regulam, em diferentes graus, a forma como os acontecimentos são guardados no interior de cada um de nós, e que a construção da subjetividade, por sua vez associada aos sentimentos, organiza esses arquivos interiores, elaborando imagens moldadas pela interferência da emoção. Percebemos que a memória se configura no trânsito de relações e no plano da percepção, cujas imagens e impressões se atualizam ininterruptamente. A memória é também essencialmente confrontadora, pois implica a ativação de diversas vozes interiores, das vozes narradas, da ausência de voz dos que não podem falar, da voz pública que não se cala e impõe o exercício constante da memória pela indagação por fatos do passado. Durante a elaboração do discurso, é possível buscar na memória detalhes e indícios de algo que não se apresenta visivelmente; ela pode funcionar dando pistas, tecendo conexões acerca de algo próximo, mas que está fora dela.

Embora saibamos a importância das reconstruções, não esperamos que elas busquem reviver a experiência do passado, mas afirmar definitivamente sua possibilidade de ativar o passado e de ser um gesto político. Revolver a memória implica não só a ativação de fatos, mas entender a fragilidade do poder de fixação em relação à passagem do tempo, uma vez que o tempo é capaz de diluir detalhes, apagar questões aparentemente menores, alterando arquivos e discursos. Então, temos a falsa impressão de fixação das lembranças, “lembramos de um fato central porque esquecemos dos acessórios”. (IZQUIERDO, 2010, p. 16).

O tempo coloca a memória em movimento, apresentando a possibilidade de alteração dos testemunhos, e a natureza seletiva da memória, normalmente, apresenta uma relação desigual de importância, transformando sensações e lembranças em pequenas ou infinitamente grandes. Ao testemunhar, o sujeito seleciona criteriosamente o que deseja falar, escolhe o arquivo que quer trazer como lembrança e escolhe de forma subjetiva o que vale a pena (ou não), ser lembrado. Ou seja, em nossa memória, “nos esquecemos dos detalhes, mas nos lembramos que foi um momento muito dramático”. (IZQUIERDO, 2010, p. 16).

Concluimos que, mesmo sabendo que a construção da memória é uma condição, uma necessidade humana, é uma forma de construir a linha do tempo, da vida e, conseqüentemente, da sociedade e da história.

Em certa medida, podemos entender também o objeto de arte como um testemunho, um “documento” capaz de apresentar um relato sensível, de forma singular, inserido no contexto de seu tempo. É capaz de elaborar todo tipo de representação, mesmo não sendo pensado especificamente para esse fim. Dessa forma, torna-se inquestionável a contribuição do objeto de arte, em todas as suas linguagens, para a construção da história.

Cabe, nesse contexto, reconhecer o documentário como possibilidade de construção e reconstrução de realidades, pois, mesmo apoiado em fatos reais, ele cria outras realidades misturando documentos, entrevistas e testemunhos. A proposta documental é reencontrar pontos de conexão da memória com a realidade, trabalhando a dificuldade do testemunho e interrogando o vazio que o acompanha. A produção de filmes moldados por uma colagem de referências diversas é capaz de gerar também documentos.

Construir documentários é mexer profundamente com a memória, seus arquivos, seus testemunhos e sentimentos, não só os visíveis, mas também aqueles escondidos e soterrados. É também ativar o sentido e o significado de acontecimentos que não estejam, à primeira vista, entre os principais; é construir mapas sensíveis, visuais e sonoros e, por meio dessa construção, ativar partes das memórias social e coletiva. É uma forma de rever um passado que invade o presente, apresentando possibilidades de pensar um futuro elaborado a partir da crítica reflexiva e da ativação da memória por arquivos e testemunhos. É uma construção por imagens que gera mapas de ideias no espectador, pois, durante a recordação, a memória não é passiva. Ela se constrói numa ação delimitadora, perceptiva, elaborada por emoções, por relações que ativam sentidos, raciocínios e ideias. A memória remexida e reorganizada pela pesquisa documental ativa potencialidades sociais, políticas; ativar a memória implica reorganizar o pensamento em diferentes tempos e criar uma narrativa; porém, mesmo baseada em fatos, ela não deixa de ser ficcional.

No processo de criação, arquivos e testemunhos são dados coletados que precedem à obra, são elementos de pesquisa capazes de estruturá-la física e conceitualmente. A obra, por sua vez, é um testemunho que vem como desdobramento dessas informações, mediadas e traduzidas pelo autor. Pode apresentar em seu projeto a proposta de revisão de valores sociais e políticos passados. A história não se constrói só de fatos históricos, mas também de discursos do mundo vivido e percebido. Pensar documentários pode ser também pensar

a imagem dialética (com sua essencial função crítica) – imagem de memória e de crítica ao mesmo tempo, imagem de uma novidade radical que reinventa o originário – transforma e inquieta duravelmente os campos discursivos circundantes. (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 178).

Segundo Machado,

para que esse rastro se torne documento ou testemunho de um lugar ou de uma época, é preciso que alguém o procure, que alguém se interrogue sobre ele. O documento, portanto, assim como o documentário, é alguma coisa que é instituída como tal por sujeitos que se interrogam sobre o mundo. (2011, p. 8).

É preciso desvendar arquivos e desafiá-los para reencontrar pontos de conexão da memória com a realidade e tecer relações. Restos e testemunhos são verdadeiros índices da realidade a serem interrogados; porém, é preciso também interrogar o vazio, o silêncio e a lacuna.

Uma das possibilidades da produção artística, em seu formato documental, é a de pesquisar e trabalhar a dificuldade do testemunho mediante o esforço de revelar um acontecimento, de montar um quebra-cabeça em que faltam muitas peças. Reunir arquivos, inquirir testemunhos e questioná-los a contrapelo é uma forma de resistir ao apagamento dos rastros, de se dedicar à construção de uma outra realidade, de um novo gesto, mesmo não sendo esse capaz de trazer à tona uma verdade integral. A produção contemporânea, na tentativa de mostrar um posicionamento artístico que dê conta da violência sociopolítica surda e sem reverberação, tem a possibilidade de apropriar-se criticamente da violência do apagamento, do soterrar fatos, para que, com esses elementos, possa criar algo novo. Trata-se de investir na reflexão, ao invés de simplesmente assistir à eterna repetição dos vícios da sociedade em se compatibilizar.

Não cabe dizer que o passado ilumina o presente ou que o presente ilumina o passado. [...] A imagem é a dialética em suspensão. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal, contínua, a relação do Pretérito com o Agora presente é dialética: não é algo que se desenrola, mas uma imagem fragmentada. Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é, não arcaicas). (BENJAMIN apud DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 114).

É fundamental uma produção que reflita sobre as possibilidades de repensar caminhos, no sentido de apresentar propostas para a construção de um cenário novo, e não, uma que endosse a postura condescendente e servil da sociedade de hoje. “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 1990, p. 477).

É no diálogo de linguagens, de diferentes tempos históricos, e no intercâmbio de ideias e culturas que se constrói a identidade, e não no “fato de estar aglutinado num grupo – como na sociedade de castas”. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 65).

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha: Homo Sacer III*. Trad. de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. O que é um dispositivo? In: \_\_\_\_\_. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Trad. de Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. *Idée de la prose*. Paris: Ch. Bourgois, 1998. p. 62-63. Ideia de justiça [1]. Trad. de Murilo Duarte Costa Corrêa. 2012. Disponível em: <<http://murilocorrea.blogspot.com.br/2012/03/esquerda-o-vazio-abaixo-recordacao.html>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BAUDRILLARD, Jean. *A ilusão vital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRUSCO, Ignacio; GOLOMBEK, Diego; STREJILEVICH, Sergio. A memória: entrevista com Ivan Izquierdo. *Revista Argentina de Neurociencias*, n. 4, dez. 1997, fev. 1998. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n04/opiniaio/izquierdo.htm>>. Acesso em: 12 set. 2012.

- CINEASTAS discutem o papel do documentário social. *Portal Aprendiz*. Disponível em: <<http://aprendiz.uol.com.br/content/chotropeth.mmp>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- DAMÁSIO, António. *O livro da consciência: a construção do cérebro consciente*. Lisboa: Temas e Debates, 2010.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DUBOIS, Philippe. *Cinema, vídeo, Godard*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GENARO, Ednei de. Educando em tempos de memória digital: a enciclopédia audiovisual Qwiki. In: SIMPÓSIO ABCIBER. 2011. *Anais...* Disponível em: <<http://www.simpósio2011.abciber.org/anais/Trabalhos/artigos/Eixo%201/7.E1/87.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- GOLDMANN, Lucien. *A criação cultural na sociedade moderna*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- GREINER, Christine. *O corpo em crise: novas pistas e o curto-circuito das representações*. São Paulo: Anablume, 2010.
- IZQUIERDO, Ivan. *A arte de esquecer: cérebro e memória*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010. Disponível em: <<http://vieiralent.com.br/artedeesquecer/>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. de Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LINS, Consuelo; REZENDE, Luiz Augusto; FRANÇA, Andréa. A noção de *documento* e a apropriação de imagens de arquivo no documentário ensaístico contemporâneo. *Galáxia*, São Paulo: PUC, n. 21, p. 54-67, jun. 2011. Disponível em: <[revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/5597/4598](http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/5597/4598)>. Acesso em: 12 set. 2012.
- MACHADO, Arlindo. As linhas de força do vídeo brasileiro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Made in Brasil: três décadas do vídeo brasileiro*. São Paulo: Itaucultural, 2003. p. 29.
- \_\_\_\_\_. Novos territórios do documentário. *Doc Online*, n. 11, dez. 2011. Disponível em: <[http://www.doc.ubi.pt/11/dossier\\_arlindo\\_machado.pdf](http://www.doc.ubi.pt/11/dossier_arlindo_machado.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2012.
- \_\_\_\_\_; VÉLEZ, Marta Lucía. Documentiras e fricções. *Galáxia*, São Paulo: PUC, v. 10, 2006.
- MOCARZEL, Evaldo. Palestra proferida na 9ª Conferência Internacional do Documentário. 2009. Disponível em: <<http://www.ctav.gov.br/2009/04/06/9%C2%AA-conferencia-internacional-do-documentario/>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- O ESPÍRITO humano segundo António Damásio. *Cerebro&Mente*, 2 fev. 2010. Disponível em: <<http://cerebromente.blogspot.com.br/2010/02/o-espirito-humano-segundo-antonio.html>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SAFATLE, Vladimir; TELLES, Edson (Org.). *O que resta da ditadura? a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. Trecho publicado em *Trópico: Do Uso da Violência contra o Estado Ilegal*, 2010. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/3161,3.shl>>. Acesso em: 15 set. 2012.
- SILVEIRA, Dauto da. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 5, n. 1, ago./dez. 2008. Disponível em: <[http://www.emtese.ufsc.br/2008/vol5\\_1art6.pdf](http://www.emtese.ufsc.br/2008/vol5_1art6.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2012.